

economia - Brasil

Celso Pinto



Oportunidade perdida

Uma das dificuldades para aplicar o forte ajuste fiscal prometido para o FMI nos próximos três anos é que a privatização não vai mais ajudar tanto. O que resta a privatizar é pouco mais da metade do que o governo privatizou durante os últimos quatro anos.

Nas contas feitas pelo BNDES, de 94 a 98 a privatização envolverá US\$ 72,7 bilhões, considerando a receita com as vendas e as transferências de dívidas para os compradores. Ajudou a evitar que a dívida interna subisse ainda mais.

No ano passado, por exemplo, a recompra de dívida com o dinheiro da privatização chegou a 2,1% do PIB. Mesmo assim, a dívida interna líquida passou de 31,4% do PIB em 96 para 34,4% do PIB em 97. Sem a privatização, o comportamento fiscal teria sido ainda pior.

O que resta pela frente, contudo, é muito menos significativo. O Citibank projetou as receitas futuras, já considerando o impacto negativo da crise internacional, e chegou a US\$ 40,1 bilhões. É verdade de que o Citi não considerou as possíveis transferências de dívidas que, até hoje, representaram 24% do valor das receitas. De todo modo, o saldo a privatizar é muito menos expressivo, a menos que o governo decida incluir a Petrobrás e o Banco do Brasil no programa.

O grosso da receita futura são os US\$ 15 bilhões que ainda restam a receber da venda da Telebrás, cujo pagamento foi parcelado em dois anos. Das novas privatizações, a mais importante será a da Eletrobrás: US\$ 7,4 bilhões. As elétricas estaduais devem render US\$ 1,8 bilhão e os bancos mais US\$ 1,8 bilhão.

Outra fatia muito importante de receita pendente é a da venda de participações minoritárias, calculadas em US\$ 11,8 bilhões. Neste bolo entram as ações que o governo ainda tem da Vale do Rio Doce, da Petrobrás (não limite do controle estatal) e da Light.

Algumas destas participações já deveriam ter sido vendidas, não fosse a crise do mercado financeiro. Obviamente, qualquer venda futura dependerá de alguma melhora nas condições do mercado acionário.

Do que existe para privatizar, o governo federal deverá ficar com US\$ 33,5 bilhões e os governos estaduais com US\$ 6,6 bilhões. No caso do governo federal, é mais razoável supor que o dinheiro da privatização será utilizado para abater dívida interna. Já nos estados, a única parcela garantida para abater dívida é a de ativos comprometidos no programa de saneamento assinado com o governo federal. O resto, depende da decisão de cada governo.

O Citi calcula que restariam US\$ 2,6 bilhões a privatizar neste ano, US\$ 18,2 bilhões em 99 e US\$ 18,6 bilhões no ano 2000. Já em 2001, contudo, a receita prevista seria de apenas US\$ 800 milhões, ou seja, será irrelevante do ponto de vista fiscal.

Nas estimativas do Citi, as receitas de privatização corresponderão a 2,5% do PIB em 99 e 2,6% do PIB no ano 2000. O banco imagina que todo este dinheiro poderia ser usado para abater dívida, o que é uma hipótese ousada.

O Crédit Suisse First Boston Garantia faz projeções mais conservadoras. O banco imagina que as privatizações contribuirão para retirar dívida equivalente a 1,8% do PIB em 99 e 1,4% do PIB no ano 2000.

O fato é que as privatizações perderam importância relativa não só porque já não há tantas empresas para vender, mas porque a dívida interna disparou. No final de 94, a dívida interna líquida era de R\$ 153 bilhões, equivalentes a 28,5% do PIB. Se os US\$ 72 bilhões obtidos de 94 a 98 pudessem ter sido absorvidos de imediato, sumiria metade da dívida interna.

Em junho deste ano, a dívida interna líquida já chegava a R\$ 339,8 bilhões, equivalentes a 37,4% do PIB. Quer dizer, em três anos e meio a dívida cresceu 121%, ou R\$ 186 bilhões, o que é um enorme salto de 8,9% do PIB. A projeção do governo é que o estoque da dívida interna chegue a 40% do PIB no fim do ano, o que seria um salto de 11,5% do PIB desde 94.

Em relação a este estoque de dívida, o que sobra para privatizar representa pouco mais de 11% do total. Quer dizer, perdeu-se uma fantástica oportunidade de se usar as privatizações para manter o endividamento sob controle. O que sobra é relevante por dois anos. Depois disso, o ajuste fiscal será ainda mais difícil.